

DIARIO OFICIAL DO ESTADO

DE SANTA



CATARINA

ANO—1

Florianopolis, 20 de Outubro de 1934

NUMERO—188

Governo do Estado

DECRETO N. 63

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, considerando que, em virtude do Decreto Federal n. 23.829, de 5 de Fevereiro do corrente ano, ficou o Governo do Estado autorizado a dispor do deposito constituído até aquela data, na Agencia do Banco do Brasil, nesta Capital, destinado ao serviço da «dívida externa», e liberado pelo art. 6. do citado Decreto, devendo os coupons vencidos da referida dívida ser os últimos a serem pagos;

considerando que pelo Decreto Estadual n. 61, de 13 de setembro proximo findo, já foi considerada como parte das importancias liberadas, a quantia de Rs. 5.271.965\$800.

DECRETA:

Art. 1º — Fica incorporada à receita prevista do Estado, como operação de credito, a importância de rs. 10.597.206\$200 que, juntamente com a de Rs. 5.271.965\$800, acima referida, perfaz a de rs. 15.869.172\$000, quantia esta

que, constituindo o deposito feito até 31 de Janeiro do corrente ano, na Agencia do Banco do Brasil, nesta Capital, para ocorrer ao serviço da «dívida externa», referente ao exercício de 1930 (saldo do coupon americano vencido em 1. de agosto de 1930) e aos de 1931 a 1933, foi liberada pelo Decreto Federal n. 23.829, de 5 de Fevereiro deste ano, devendo o pagamento dos coupons a que a mesma devia ocorrer, ser efetuado após o resgate de todos os demais, na forma do mencionado Decreto Federal.

Paragrafo único — Em consequencia da disposição acima, transfiram-se do crédito dos banqueiros estrangeiros, em «dívida flutuante» para seu crédito em «dívida fundada», e pelas taxas de Rs. 8\$240 por dolar e Rs. 40\$000 por libra esterlina, respectivamente, que tinham sido tomadas para base dos depositos, conforme instruções do Ministerio da Fazenda, — as importancias de U\$S. 1.667.568,20 e £. 53.210:5:0 — valor dos coupons vencidos (saldo do exercício de 1930 e exercicios de 1931 a 1933), visto que estes coupons deverão ser resgatados após o pagamento de todos os demais.

Art. 2.º — O Governo do Estado determinará, oportunamente, o emprego da importância de Rs. 10.597.206\$200, liberada, e a que se refere o art. precedente.

Art. 3.º — O Governo do Estado manterá em depósito na Agencia do Banco do Brasil, nesta Capital, a importância de Rs. 500.000\$000, para ocorrer ao pagamento das cambiais destinadas ao resgate dos coupons dos empréstimos externos, vencíveis em 1.º de dezembro proximo futuro e 1.º de fevereiro de 1935, de acordo com o Decreto Federal n. 23.829, de 5 de Fevereiro do corrente ano, e instruções da Comissão de Estudos Financeiros e Economicos dos Estados e Municípios, ficando liberado o restante do deposito constituído no corrente exerci-

(Continúa na 2a. pagina)

As eleições de ontem e de hoje

Si os governos do regime anterior à Revolução nunca poderiam aquilatar, pelo resultado dos pleitos eleitorais a seu favor, o apóio popular á sua atuação nas posições que ocupavam, o mesmo, para honra maior dos atuais dirigentes da política nacional e estadual, não ocorre hoje, no regime de absoluta liberdade com que se realizaram, ainda há seis dias, as eleições de deputados federais e de constituintes estaduais.

Realmente, quando, nos antigos pleitos, os governos triunfavam por maioria de votos, ninguém de bom senso ligaria ao fato a idéa duma consagração à atividade administrativa dos homens públicos, tanto é certo que as eleições não seriam, àquele tempo, a expressão do pensamento livre do eleitorado. A opressão governamental alhearia um grande número de consciências ao encontro das urnas, enquanto, por outro lado, legiões de outros tantos indiferentes, sem convicções ou sem esperanças, preferiam a atitude menos incômoda, em face das ameaças de perseguições, e acompanhavam o partido situacionista.

Alguns, mais ativos, que não cediam ao terrorismo governista, sofriam, após os pleitos, o castigo ao gesto cívil de não se haverem confundido na massa passiva.

Essa situação era, já não somente atentatória do regime democrático em que nos gabávamos de viver, mas atentava ainda contra a própria dignidade do eleitorado, cujo voto não tinha a diáfana sinceridade que honraria, como expressão do sentir geral, o exercício do sagrado direito de influir na escolha dos dirigentes e dos representantes do povo.

Por sua vez, os que se viam assim sufragados teriam do sentir, nos instantes de íntimo exame dos próprios valores, a chocante incerteza que

lhes não consentiria a postura tranquila de quem se vê realmente distinguido pela confiança dos seus concidadãos.

Tudo isso, porém, ficou no passado, de que a Revolução de 1930 para sempre nos separou. Agora, outra é a situação, embora a natural pressão reacionária duma mentalidade circunscrita ao grupo de descontentes e despeitados muito venha influndo contra a lisura e a lealdade com que os novos valores políticos defendem os princípios liberais, que constituiram sempre as mais avantajadas reivindicações da consciência pública. Mesmo assim, nenhum dos eleitores ou candidatos pôde alegar culpabilidade do regime em cerceamento de liberdades. As mais amplas garantias de direitos foram dadas a uns e a outros, quer para a propaganda política — de cuja liberdade tão lastimavelmente abusaram os adversários do governo — quer para o pleno exercício do voto.

Já agora, portanto, o resultado das urnas é uma consagração aos administradores, cujo fator de influência sobre o eleitorado não é mais o suborno, a ameaça, a agressão pessoal, mas sim a persuasiva evidência da operosidade e da honradez governamentais na reconstrução moral e material do Estado, para bem-estar da população.

Sem dúvida, como acima se assinalou, o despeito não foi alheio ainda — como era de de-sejar-se — à decisão das urnas; é certo, entretanto, que se deve tal anomalia ao inescrúpulo dos adversários da situação — os quais fizeram revigorar processos de que não se valeria jámais a corrente situacionista — enão à convicção e espontaneidade do eleitorado, que por ventura haja contribuído para relativo efeito da atividade dos remanescentes de um regime que a opinião pública, impotente para extinguir pela força do direito, destruiu pelas armas.

(3.831)

Sumário

Interventoria Federal

*Decretos
Secretaria do Interior e Justiça*

Expediente das Repartições subordinadas

Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura

Expediente das Repartições subordinadas

Prefeituras Municipais Expediente

Editais diversos

Governo do Estado

(Continuação da 1ª página)

cio, e que se destinava ao serviço da «divida externa».

Art. 4—O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo em Florianopolis, 20 de outubro de 1934.

ARISTILIANO RAMOS

José da Costa Moellmann
(3.825)

RETIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 1934

—Codigo de Contabilidade do Estado—Artigo 34—

RECEITA	Efetiva	Não efetiva
Previsão anterior (Dec. 673, de 17/9/1934)	17.985:070\$000	25.316:965\$800
DECRETO n. 63, de 20/10/1934		
Importancia do saldo dos depositos liberados pelo Decreto Federal n. 23.829, de 5 de Fevereiro de 1934—a que se refere o art. 1º do presente Decreto		10.597:206\$200
	<u>17.985:070\$000</u>	<u>35.914:172\$000</u>

DESPESA	Efetiva	Não efetiva
Previsão anterior (Dec. 673, de 17/9/1934)	17.819:690\$600	16.764:705\$500
DECRETO N. 63, de 20/10/1934		
Importancia do crédito especial destinado à compra de titulos dos emprestimos externos de u\$s. 5.000.000 e £ 250.000, na conformidade do art. 2º do presente Decreto		6.000:000\$000
	<u>17.819:690\$600</u>	<u>22.764:705\$500</u>

RESULTADO ECONOMICO PREVISTO

Receita efetiva	— Rs.	17.985:070\$000
Despesa efetiva	— Rs.	17.819:690\$600
Diferença	— Rs.	<u>165:379\$400</u>

Palacio do Governo em Florianopolis, 20 de Outubro de 1934.

ARISTILIANO RAMOS

José da Costa Moellmann

DECRETO N. 64
O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1. — De acôrdo com o disposto no art. 2.º do Decreto n. 63, desta data, fica aprovado o emprestimo da quantia de 3.000:000\$000 autorizado pelo Ministerio da Fazenda, em 25 de Agosto de 1933, e feito á Estrada de Ferro Santa Catarina, para proseguimento das obras de construção da mesma via ferrea, emprestimo esse realizado mediante retiradas do deposito feito na Agencia do Banco do Brasil, nesta Capital.

Art. 2. — Para applicação de parte da importancia liberada a que se refere o art. 1.º do Decreto n. 63, de hoje, fica aberto o crédito especial de Rs. 6.000:000\$000, a ser empregado na compra de titulos

dos emprestimos externos e respectivos coupons de juros.
Art. 3. — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo em Florianopolis, 20 de outubro de 1934.

ARISTILIANO RAMOS

José da Costa Moellmann
(3.824)

Secretaria do Interior e Justiça

Expediente

Requerimentos despachados

MÊS DE OUTUBRO

DIA 16

Telegramas recebidos	2
Telegramas expedidos	4
Officios recebidos	7
Officios expedidos pela	1

Diretoria de Obras Públicas

Serviço de Luz e Força de Florianopolis

Edital

De ordem do senhor Diretor de Obras Públicas, faço publico que esta Diretoria está procedendo ao levantamento geral dos consumidores a medidor e a «for-fait» e, ao mesmo tempo, comunico que o consumo contado do dia 12 do corrente deverá ser recolhido na Coletoria Estadual, para o que se fará expedir oportunamente uma via da respectiva conta ao consumidor.

Diretoria de Obras Públicas, 15 de outubro de 1934.

Manfredo Leite

Encarregado do Expediente

Secretaria	7
Officios expedidos pela	
Diretoria	6
Despachos interlocutórios em officios	3
Edital registrado	1
Informação prestada em requerimento	1
Resoluções anotadas e registradas	2
Empenhos registrados	12
Requerimentos entrados na Portaria	8
Despacho definitivo do Secretario	1
Despachos interlocutórios em requerimentos	2

(3.812)

DIA 17

Telegrama recebido	1
Telegramas expedidos	43
Officios recebidos	13
Officios expedidos pela Interventoria	3
Officios expedidos pela Secretaria	15
Officios expedidos pela Diretoria	19
Despachos interlocutórios em officios	11
Resoluções anotadas e registrada	2
Decreto anotado e registrado	1
Empenhos registrados	1
Titulo registrado	1
Requerimentos entrados na Portaria	3
Despacho definitivo do Interventor	1
Despacho definitivo do Secretario	1
Despachos interlocutórios em requerimentos	3
Deu entrada no Arquivo da Secretaria o livro talão n. 1 do registro de nascimentos do distrito de Itapiranga, Comarca de Chapecó.	

(3813)

Prefeitura de Florianopolis

Cemiterio de Itacorobi

AVISO

De ordem superior, aviso aos interessados que só será permitida a construção de canteiros, com ou sem frontespicio, para a comemoração de finados, até o dia 29 do corrente.

Os requerimentos para tal fim deverão ser apresentados à Portaria da Prefeitura até o dia 26.

Outrosim, de acôrdo com o artigo 7º da Resolução nº 32, de 11 de agosto de 1933, convido interessados a fazerem todos os limpeza das sepulturas, pois que, findo o prazo acima, será essa limpeza feita por esta Administração, correndo por conta dos interessados a despesa respectiva acrescida da multa de 10%.

Administração do Cemiterio Publico Municipal de Florianopolis, em Itacorobi, 15 de outubro de 1934.

O Administrador:
Emanuel da Rocha Linhares
(3.828)

Prefeitura do Municipio de Florianopolis

EDITAL

LIMPEZA DE TESTADAS DE TERRENOS, CERCAS E VALAS

De acôrdo com o Codigo de Posturas Municipais avisa-se aos interessados que durante o prazo de trinta dias deve ser procedida a capinação das testadas dos terrenos fronteiras às estradas, viração e substituição de cercas e limpeza de valas.

De 15 de Novembro vindouro proceder-se-á a verificação do cumprimento da imposição legal, applicando-se aos infratores as penalidades constantes da legislação.

Secção de Fiscalização da Prefeitura do Municipio de Florianopolis, 15 de outubro de 1934.

Nabor Julião de Oliveira
Fiscal Geral
(3.827)

TESOURO DO ESTADO

Coletoria de Florianopolis

Arrecadação efetuada pela Coletoria de Florianopolis, de 1º até o dia 19 do corrente: 34:343\$800.

(3.830)

Prefeitura do Municipio de Chapecó

Balancete da receita e despesa do mês de agosto de 1934

RECEITA

Títulos e alíneas

CAIXA			
Saldo do mês de julho		799\$118	
I RENDA TRIBUTARIA			
1	Indústrias e profissões	100\$000	
4	Viação rural	150\$000	
6	Veículos e tropas	10\$000	
7	Licenças diversas	16\$000	
10	Emolumentos	71\$300	
12	Registro de marcas	10\$000	
13	Taxa escolar	45\$340	
14	Taxa de policiamento	36\$900	439\$540
II RENDA PATRIAMONIAL			
1	Locação de prédios ou terras	15\$000	
3	Renda dos cemiterios	5\$000	20\$000
III RENDA EVENTUAL			
1	Multas por mora de pagamentos de impostos	151\$514	
3	Cobrança da dívida ativa DE RESPONSÁVEIS	593\$100	744\$614
Recebido de Ricardo Brüggmann, sub-prefeito de Mondai, por adiantamento da arrecadação feita naquele distrito de abril em diante		2.500\$000	
		<u>4.503\$272</u>	

DESPESA

Títulos e alíneas

I ADMINISTRAÇÃO			
1	Subsídio do prefeito, mês de agosto	800\$000	
8	Despesas de diárias e transportes	1.140\$000	
9	Expediente e publicações	36\$000	
10	Correspondência postal e telegráfica	328\$500	2.304\$500
III INSTRUÇÃO PÚBLICA			
1	Vencimentos a professores	400\$000	
IV OBRAS PÚBLICAS			
1	Despesas de conservação das estradas do 1. distrito	186\$000	
2	Compra de material de construção	39\$550	216\$550
X EVENTUAIS			
1	Despesas não previstas	108\$200	
CAIXA			
Em caixa, que passa para o mês de setembro		1.474\$022	
		<u>4.503\$272</u>	

RESUMO

Caixa	799\$118
Arrecadação	1.204\$154
Responsáveis	2.500\$000
	<u>4.503\$272</u>

DESPESA ORÇAMENTARIA

Administração	2.304\$500
Instrução Pública	400\$000
Obras públicas	216\$550
Eventuais	108\$200
CAIXA	3.029\$250

Saldo que passa para o mês de setembro	1.474\$022
	<u>4.503\$272</u>

SALDOS DISPONÍVEIS

Em dinheiro, nos cofres da tesouraria	1.474\$022
Fundos disponíveis, no Banco do Rio Grande do Sul em Passo Fundo	52\$200
	1.526\$222

Prefeitura Municipal de Chapecó, em Passo dos Índios, 1. de setembro de 1934.

Antonio Carlos Rosa
Secretario respondendo pelo expediente da Prefeitura
Domingos Giorno
Auxiliar de escrita (433)

Sociedade Anonima "Usina Adelaide"

ITAJAÍ-SANTACATARINA

Balancete em 30 de setembro de 1934

ATIVO

Imoveis-Usina	432.727\$600
Maquinas	726.267\$557
Maquinas desmontadas	153.477\$650
Embarcações	94.900\$000
Almoxarifado	45.021\$851
Oficina	12.632\$000
Instrumentos agrarios	6.441\$500
Pecuarria	12.005\$600
Conta Industria	424.728\$271
Conta Agraria	143.107\$025
Movéis e Utensilios	4.320\$000
Bens de Raiz	67.227\$050
Letras em Cobrança	467.779\$700
Letras a Receber	2.150\$000
Apolices	6.300\$000
Caixa	12.814\$192
Conta corrente-devedores	1.373.550\$420
Ações em Caução	40.000\$000
Diversas Contas	212.925\$640
	<u>Rs. 4.238.376\$056</u>

PASSIVO

Ações	1.250.000\$000
Debenturistas	683.000\$000
Conta corrente-credores	1.237.932\$100
Caução da Diretoria	40.000\$000
Fundo de reserva	60.994\$723
Depreciação de maquinas	70.709\$548
Letras a pagar	9.989\$200
Diversas contas	885.750\$485
	<u>Rs. 4.238.376\$056</u>

S. E OU
Marcos Konder, Gerente

(304)

Diario Oficial do Estado

RUA JERONIMO COELHO, 15

TELEFONE No. 1028

CAIXA POSTAL N. 138

Tabela de preços de assinaturas

Para a capital	
Por ano	40\$000
Por semestre	22\$000
Para fora da capital	
Por ano	44\$000
Por semestre	25\$000
Para funcionarios publicos	
Por ano	28\$000
Por semestre	15\$500
Para o estrangeiro	
Por ano	57\$000
Por semestre	32\$000

NÚMERO DO DIA \$200

NÚMERO ATRAZADO \$300

As assinaturas começam em qualquer tempo e terminam sempre a 30 de junho ou 31 de dezembro.

TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SUB-DIRETORIA DE CONTABILIDADE
Movimento da Tesouraria, em 19 de outubro de 1934

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 18	831:429\$400	
Receita Orçamentaria		
Imposto do selo estadual	40\$200	
Renda da Ponte «Hercilio Luz»	271\$000	
Indenizações, etc.	80\$000	
Repartições fiscaes com saldos		
Coletoria de São Francisco	108:402\$500	
Depositos de diversas origens		
João José de Cupertino Medeiros	350\$000	
Montepio		
Descontos a s/favor	703\$500	
	<u>941:276\$600</u>	

PAGAMENTOS

Despesa Orçamentaria		
Secretaria do Interior e Justiça		
Vencimentos de setembro—em cheques	1:250\$000	
Arnaldo Souza, diligencias policiais	195\$000	1:445\$000
Secretaria da Fazenda		
Ernesto Riggembacker & Cia., fornecimentos à Diretoria de Obras Públicas	556\$000	
Waldir da Luz Macuco, 15 diarias a que fez jús	375\$000	
Emílio Kuntze, para conservação de estrada a ser feita, da residencia de Lages	23:500\$000	
Prefeitura Municipal de Florianopolis, pintura de um muro de propriedade do Estado à rua Padre Roma	16\$000	
Juros de apolices—pagos a diversos Creditos Especiais	25\$000	
Decreto n. 61, de 13/9/34		
Art. 3. Dionisio Mondardo, gratificação a que fez jús de 1929 a 1933	258\$000	
Juros de apolices—pagos a diversos	225\$000	
Art. 4. João José de Cupertino Medeiros, 8a. prestação do seu contrato para organização da escrita da Contadoria Geral do Estado	3:500\$000	
Prefeitura Municipal de Florianopolis, auxilio do Estado para aplicação no serviço de estradas e que prestará contas oportunamente	20:000\$000	48:455\$000
Fundo Escolar		
Jorge Zipperer & Cia., mobiliario fornecido ao Grupo Escolar de Orleans		11:328\$500
Montepio		
Pensões pagas em cheques	190\$000	
Emprestimos a 5 contribuintes	791\$000	981\$000
Saldo na tesouraria para o dia 20		<u>879:067\$100</u>
		<u>941:276\$600</u>

Disponibilidades gerais, na Tesouraria e nos Bancos do Brasil e Nacional do Comércio		
Para Depositos de Diversas Origens	221:818\$244	
Para Fundo Escolar	10:955\$850	
Para Montepio:		
Total	454:661\$100	
Menos depositado nos Bancos em c/c direta	406:710\$100	47:951\$000
Para compromissos externos	9:300:781\$100	
Para despesas ordinarias do Estado	1.558:342\$006	
Total Rs.	<u>11.139:848\$200</u>	

Davino C. Arantes
Encarregado do Contrôlo

VISTO João Silveira de Souza Sub-Diretor

Lino Saccini
Tesoureiro
(3.829)

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS

Movimento da Tesouraria, no dia 19 de outubro de 1934

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 18 (em caixa)		34:091\$858
RECEITA ORÇAMENTARIA		
Renda Tributaria		
Imposto de industria e profissão	30\$000	
Imposto sobre gado abatido	122\$500	
Taxa de expediente	4\$000	
Taxa de quitação	2\$000	158\$500
Renda Patrimonial		
Renda dos cemiterios	30\$000	
Feiras	323\$100	
Pescado	45\$000	398\$100
Renda Eventual		
Multas por móra		3\$000
Receita com applic. especial		
Adicional de 10% sobre a Renda Tributaria hoje arrecadada		15\$850
		<u>34:667\$308</u>

PAGAMENTOS

DESPESA ORÇAMENTARIA		
S. A. Casa Moellmann, s/fat. n. 5678		523\$600
Folha dos varedores da Limpeza Pública, 1a. quinzena de outubro		950\$000
BALANÇO		<u>33:193\$708</u>
		<u>34:667\$308</u>

Discriminação dos saldos Disponivel

Em caixa		33:193\$708
No Banco Nacional do Comércio		
Conta n. 1		8:898\$109
		<u>42:091\$817</u>
Serviço de juros de apolices		
No Banco Nacional do Comércio		
Conta n. 3 (Para resgate de juros em atraso até 1931)	10:269\$101	
Conta n. 4 (Para resgate de juros em atraso de 1932)	704\$300	10:973\$401
Cauções		
No Banco Nacional do Comércio		
Conta n. 5 (Depositantes de dinheiro)		8:822\$700
		<u>61:887\$918</u>

Prefeitura do Municipio de Florianopolis, 19 de outubro de 1934.
Leonidas de S. Medeiros
Tesoureiro
O. P. Machado
Chefe da Secção de Contab.
(3.826)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspetoria do 3. Distrito

EDITAL N. 72
Prazo de 30 dias
De ordem do sr. diretor de Terras e Colonização, faço público para conhecimento dos interessados, que a petição requerendo terras devolutas no municipio de Gaspar, cujo numero, nome do requerente, area, situação e confrontação, vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspetoria com vistas aos oponentes ou interessados durante o prazo acima de 30 dias, findo os quaes não havendo contestações, será a dita petição encaminhada a Diretoria de Terras e Colonização, para ser submetida á

despacho final do exmo. sr. coronel interventor.

Município de Gaspar
1091/33—Augusto Beduski—requer 12.100 mts² de terras na linha colonial Ribeirão—Gaspar Pequeno, confrontando ao norte e leste com terras de José Kraus, ao sul com terras do requerente e ao oeste com terras de Rodolpho Vieira Pamplona.

E para que ninguem alegue ignorancia, lavrei o presente do qual extraí copias para serem publicadas no jornal «Diario Oficial do Estado» e afixadas no lugar de costume e no municipio de Gaspar.

Blumenau, 27 de setembro de 1934.

Gil Fausto de Souza
Inspetor (3.390)

Diretoria de Terras e Colonização

INSPETORIA DO 5º DISTRITO

Séde em Mafra

EDITAL N. 42 PRAZO DE 60 DIAS

De ordem do Sr. Eng. Diretor de Terras e Colonização, faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que encontrado-se nesta Inspeção sem solução e incompletos os processos de medição e demarcação de terras relativos ao município de São Francisco, de que abaixo menciono os nomes dos concessionários, situação, áreas e data das medições, ficam intimados esses concessionários a comparecerem na séde desta Inspeção, dentro do prazo de 60 dias, a contar da data do presente edital, afim de prestarem as declarações necessarias sobre duvidas a serem esclarecidas.

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO

Herdeiros de João Gonçalves Correia — Terreno situado no lugar denominado «Cubatio», com a área de 227.700 metros quadrados, medido em 26 de setembro de 1927.

Julio Alves Torrens — Terreno situado no lugar denominado «Rio Bonito», com a área de 257.000 metros quadrados, medido em 12 de fevereiro de 1922.

João Paulo Schmalz Filho — Terreno situado no lugar denominado «Rio Turvo» com a área de 438.030 metros quadrados, medido em 22 de Julho de 1921.

Antonio Schatzmann (Transferido a Manoel Martins) — Terreno situado no lugar denominado «Rio Turvo», com a área de 257.900 metros quadrados, medido em 9 de dezembro de 1913.

Fimdo o prazo acima marcado e não comparecendo, serão os supra citados processos considerados caducos e de nenhum efeito e devolvidos à Diretoria de Terras e Colonização para os devidos fins.

E para que ninguém alegue ignorancia, lavrei o presente edital em livro proprio, extraindo diversas copias para publicação no Diario Oficial do Estado e afixação nos lugares mais publicos do município de São Francisco.

Inspeção do 5º Distrito de Terras e Colonização. Mafra, em 20 de setembro de 1934.

Hugo Mund
INSPETOR
(3497)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspeção do 6º Distrito

Séde em Cruzeiro do Sul

EDITAL N. 18

De ordem do sr. Eng. Diretor de Terras e Colonização, faço público que ficam intimados todos os devedores por divida colonial em atrazo até 31 de dezembro de 1933 no município de Cruzeiro, ou seus sucessores, cujos nomes, data de concessão, áreas e situações dos terrenos vão abaixo mencionados, a comparecerem na séde desta Inspeção até o dia 11 de janeiro de 1935 afim de saldarem os seus debitos, gozando de abatimento de 50% (cincoenta por cento) a que se refere o art. 253, do atual regulamento de terras e colonização, baixado com o decreto n. 46, de 11 de julho de 1934.

MUNICIPIO DE CRUZEIRO

Silvio Ferreira Lopes terreno concedido por despacho de 20/9 de 1919, no lugar «Macacão», com a área de 273.545 m².

João Quintino da Silva terreno concedido por despacho de 20/9 de 1919, no lugar «Macacão», com a área de 616.718 m².

Vitor Felipe Rauen terreno concedido por despacho de 20/9 de 1919, no lugar «Cedro» com a área de 515.676 m².

José Alves de Brito terreno concedido por despacho de 2/3 de 1921, no lugar «Lageado do Jacinto» com a área de 337.500 m².

Luiz Gazziere terreno concedido por despacho de 3/2 de 1919, no lugar «Xaxim», com a área de 602.585 m².

Salustiano Marinho de Melo terreno concedido por despacho de 20/9 de 1919, no lugar «Bom Retiro», com a área de 545.000 m².

José Batisia terreno concedido por despacho de 3/2 1921 no lugar «Rio Bonito», com a área de 286.181 m².

Virgilio Branco de Camargo terreno concedido por despacho de 26/1 de 1922, no lugar «Rio Bonito», com a área 539.442 m².

Expirado o prazo acima marcado e não tendo o devedor saldado a sua divida, revertirá o lote ao dominio do Estado e será posto em hasta pública ou concedido a quem o requerer, não cabendo ao concessionario devedor qualquer indedização ou restituição.

E para que ninguém alegue ignorancia, lavrei o presente edital em livro apropriada,

Diretoria de Terras e Colonização

Inspeção do 2º Distrito

Séde em Tubarão

EDITAL N. 30

Prazo de 30 dias

De ordem do Sr. Engo. Diretor de Terras e Colonização, faço público, para conhecimento dos interessados, que as petições requerendo terras no Município de Tubarão, cujos nomes, anos, nomes dos requerentes, área, situações e confrontações vão abaixo descritas, acham-se nesta Inspeção com vistas aos oponentes e interessados durante o prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, não havendo contestação, serão feitas por esta Inspeção a verificação das áreas requeridas e em seguida submetidas as petições a despacho final.

MUNICIPIO DE TUBARÃO

830/34 — Pedro Firmino Constantino, requer uma área de terras com 328.900m², sitas no lugar «Indaial», extremado pelo N. com Bernardino Sampaio, ao S. com Maria Jeronimo, ao L. com o requerente e a O. com o «Rio Cambuim».

915/34 — Tovita Ana da Conceição, requer uma área de terras com 4.400m², sitas no lugar «Passo do Gado», fazendo frente ao Rio Tubarão, fundos em terras de Martinho Ghizzo, extremado por um lado com Manoel Orives e por outro com Francisco Lucas.

E para que não se alegue ignorancia lavrei o presente edital do qual extrai copias, que são publicadas no «Diario Oficial do Estado», em Florianopolis e afixados nos lugares mais publicos deste Município.

Tubarão, 8 de setembro de 1934.

Braulio Jacques Dias
Inspeção

(3.481)

do, do qual extrai copias para serem publicadas no «Diario Oficial do Estado», e afixadas nos lugares mais publicos do município de Cruzeiro.

Inspeção do 6º Distrito de Terras e Colonização, Cruzeiro do Sul, 8 de setembro de 1934.

O INSPETOR

Braulio Dias da Cunha

(3478)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspeção do 1º Distrito

Séde: Bom Retiro

EDITAL N.º 21

De ordem do Sr. Eng. Diretor de Terras e Colonização, faço público, para conhecimento dos interessados, que as petições requerendo terras no município de Bom Retiro, cujos nomes, nomes dos requerentes, áreas, situações e confrontações vão abaixo mencionadas, se acham nesta Inspeção com vistas aos oponentes ou interessados, durante o prazo de 30 dias, findo o qual e não havendo contestações será feita por esta Inspeção a verificação das áreas requeridas e logo em seguida encaminhadas a despacho final.

MUNICIPIO DE BOM RETIRO

217/34 Antonio José de Bonfim-requer 50 hectares de terras no lugar «Rio do Leste», confrontando:

Ao N. com terras devolutas.
Ao S. com terras devolutas.
Ao L. com Teodoro Röcker.

Ao W. com o requerente.
1058/34 — Antonio Mariano da Silva-requer mais ou menos 90 hectares no lugar «Rio Virgilio», confrontando:

Ao N. com Marcos Böll.
Ao S. com Tiago Ferreira de Albuquerque.
Ao L. com terras devolutas.
Ao W. com Andriano Tristão da Cruz.

1059 — Manoel Ferreira do Nascimento-requer 100 hectares no lugar «Furna do Banhadão», confrontando:

Ao N. com terras devolutas.
Ao S. com Generoso Ildefonso de Oliveira.
Ao L. com terras devolutas.
Ao W. com terras devolutas.

1060/34 — Arno Oscar Meyer-requer 100 hectares no lugar «Rio de Traz», confrontando:
Ao N. com Carlos Meyer.
Ao S. com o rio Campo Novo do Norte.

Ao L. com terras devolutas.
Ao W. com Carlos Moyer.
E para que ninguém alegue ignorancia lavrei o presente edital, do qual extrai copias para ser publicadas pelo «Diario Oficial do Estado» e afixadas nos lugares mais publicos do município de Bom Retiro e proximo dos terrenos requeridos.

Inspeção do 1º Distrito de Terras e Colonização, em Bom Retiro, 25 de setembro de 1934.

Mario Abreu, na ausencia do Inspeção.

(5-1)

(3.555)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspetoria do 5.º Distrito

Séde em Mafra

EDITAL N. 41

Prazo de 30 dias

De ordem do Sr. Engo. Diretor de Terras e Colonização, faço público, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, que encontrando-se nesta Inspetoria sem solução e incompletos os processos de medição e de marcação de terras relativos ao município de São Bento, de que abaixo menciono os nomes dos concessionários, situação, áreas e data das medições, ficam intimados esses concessionários a comparecerem na séde desta Inspetoria dentro do prazo de 60 dias, a contar da data do presente edital, afim de prestarem declarações necessárias sobre duvidas a serem esclarecidas.

MUNICIPIO DE SÃO BENTO

Antonio Lisboa dos Santos. Terreno situado no lugar denominado «Capela do Cahunar», com a área de 5.781.000 metros quadrados, medido em 28 de janeiro de 1908.

José Zythkiewicz. Terreno situado no lugar denominado «Rio do Bugre», com a área de 900.202 metros quadrados, medido em 29 de maio de 1905.

Julio Wischrael. Terreno situado no lugar denominado «Rio do Bugre», com a área de 1.195.000 metros quadrados, medido em 21 de outubro de 1907.

Julio Wischrael. Terreno situado no lugar denominado «Rio do Bugre», com a área de 849.386 metros quadrados, medido em 29 de setembro de 1905.

Findo o prazo acima e não comparecendo, serão os aludidos processos considerados caducos e de nenhum efeito e devolvidos à Diretoria de Terras e Colonização para os devidos fins.

E para que ninguém alegue ignorancia, lavrei o presente edital em livro proprio e extraí diversas copias para serem publicadas pelo «Diário Oficial do Estado» e afixadas nos logares mais publicos do município de São Bento.

Inspetoria do 5.º Distrito de Terras e Colonização.

Mafra, em 20 de Setembro de 1934.

Hugo Mund

Inspetor (3.498)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspetoria do 1.º Distrito

Séde Bom Retiro

EDITAL N.º 18.

Prazo de 30 dias

De ordem do Sr. Engo. Diretor de Terras e Colonização, faço público, para conhecimento dos interessados, que a petição requerendo titulos definitivos de terras no município de Bom Retiro, cujo nome, numero, areas, situações vão abaixo mencionadas, se acham nesta Inspetoria com vistas aos oponentes ou interessados, durante o prazo de 30 dias, findo o qual e não havendo contestações, será feito por esta Inspetoria a verificação das areas a serem tituladas e logo em seguida encaminhadas a despacho final.

MUNICIPIO DE BOM RETIRO

790/34-Souza Netto & Cia. p. p. passada a Martinho Brasil, requerem titulo definitivo de 3 glebas de terras medidas no ano de 1930, nos logares «Furnas do Rio Urubici» Avençal e terra de Rio Bonito, com as areas respectivamente de 549.200 m. q., 1.000.020 m. q., e 2.729.734 m. q. confrontando a primeira.

Ao N. com terras devolutas. Ao S. com terras de Adolfo Derner e devolutas.

Ao L. com terras de Genoroso Domingues de Oliveira.

Ao W. com terras devolutas e Adolfo Derner.

A segunda:

Ao N. com terras devolutas, Ao S. com terras de volutas. Godinho dos Santos

Ao L. com terras de Dorval Ao W. com terras devolutas.

A terceira:

Ao N. com terras tituladas a Vieira & Cia. e Manoel Inacio Vieira.

Ao S. com terras devolutas. Ao L. com Manoel Inacio Vieira e Manoel do Nascimento.

Ao W. com terras devolutas e Vieira & Cia.

E para que ninguém alegue ignorancia lavrei o presente edital do qual extraí copias para serem publicadas pelo «Diário Oficial do Estado» e afixadas nos logares mais publicos do município e proximo dos terrenos requeridos.

Inspetoria de Terras e Colonização do 1.º Distrito, em Bom Retiro, 18 de setembro de 1934.

Pedro A. Gonçalves

(3.476)

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

Administração do Dominio da União

EDITAL

De ordem do sr. Delegado Fiscal, torno público, para conhecimento dos interessados, que o sr. Mario Vieira da Rosa requereu, em petição datada de 10 de março de 1934, o aforamento perpetuo de um terreno de marinha, situado na Praia Comprida, no município de São José, medindo 13,90ms. de frente por 33 de fundos e com as seguintes confrontações: frente ao mar, por uma lateral com a propriedade da viuva Carlos Knoll e por outra lateral com a propriedade de d. Eugenia Carolina da Silva; fundos com a rua Antonio Carlos.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as repartições de que tratam os artigos 3. e 4. do Decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento do mesmo senhor, si dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que impeça a concessão pretendida, de acôrdo com o artigo 16 do citado Decreto, sendo que depois de expirado o dito prazo nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o aforamento do terreno acima descrito si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monaziticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União, 27 de setembro de 1934.

Sylvio Dias Fernandes
Escrivão do Registro
(436) (30-13)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspetoria do 6.º Distrito
Séde em Cruzeiro do Sul
EDITAL N. 17

De ordem do sr. Diretor de Terras e Colonização, faço público que ficam intimados todos os devedores por dívida colonial em atraso até 31 de dezembro de 1933, no município de Chapecó, ou seus sucessores, cujos nomes, data da concessão, áreas e situações de seus terrenos vão abaixo mencionados, a comparecerem nesta Inspetoria até o dia 11 de Janeiro de 1935, afim de saldarem os seus debitos, gozando do abatimento de 50% (cincoenta por cento) a que se refere o art. 253, do atual regulamento de terras e colonização, baixado com o de-

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

Administração do Dominio da União

Edital n.º 2

De ordem do Sr. Delegado Fiscal, são convidados pela segunda e ultima vez, a comparecer a esta Delegacia, Administração do dominio da União, os seguintes proprietarios de predios rua da Conselheiro Mafra: S. A. Carlos Hoepeke, Antonio Ribeiro, Irmandade dos Passos. Costa & Cia., Axires Horn Ferro e Ernesto Becker, afim de regularizarem sua situação relativamente a terrenos de marinha.

Administração do Dominio da União, em 16 de Outubro de 1934.

José Rache. Engenheiro.

(5v-4)

(3.665)

creto n. 46, de 11 de julho de 1934.

MUNICIPIO DE CHAPECÓ

João Vicente de Barros — terreno concedido por despacho de 26-2-1923, no lugar «Lageado Chalana», com a area de 877.610 m2.

João Felix — terreno concedido por despacho de 3-10-1923, no lugar «Maidana», com a area de 446.762 m2.

Francisco Simsen — terreno concedido por despacho de 3-10-1923, no lugar «Chalana», com a area de 831.725 m2.

Vitorino Boaventura da Silva — terreno concedido por despacho de 2-10-1923, no lugar margem de Uruguay, com a area de 1.275.912 m2.

Alfredo Simsen — terreno concedido por despacho de 3-10-1923, no lugar «Chalana», com a area de 286.670 m2.

Amancio da Silva Moreira — terreno concedido por despacho de 3-10-1923, no lugar «Maidana», com a area de 842.500 m2.

Expirado o prazo acima marcado e não tendo o devedor saldado a sua dívida, revertora o lote ao dominio do Estado e será posto em hasta pública ou concedido a quem o requerer, não cabendo ao concessionario devedor qualquer indemnização ou restituição.

E para que ninguém alegue ignorancia, lavrei o presente edital em livro apropriado, do qual extraí copias para serem publicadas no «Diário Oficial do Estado», e afixadas nos lugares mais publicos do município de Chapecó.

Inspetoria do 6º Distrito de Terras e Colonização, Cruzeiro do Sul, 6 de setembro de 1934

O Inspetor

Mario Dias da Cunha
(3.479)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspetoria do 1º Distrito

Sede: Bom Retiro

EDITAL nº 19

Prazo de 30 dias

De ordem do Sr. Engo. Diretor de Terras e Colonização, faço público, para conhecimento dos interessados, que as petições requerendo terras no município de Bom Retiro, cujos nomes, números, áreas, situações e confrontações vão abaixo mencionadas, se acham nesta Inspetoria com vistas aos oponentes ou interessados, durante o prazo de 30 dias, findo o qual e não havendo contestações, será feito por esta Inspetoria a verificação das áreas requeridas e logo em seguida encaminhadas a despacho final.

MUNICIPIO DE BOM RETIRO

1333/31-Leopoldo Arahão Israel, requer mais ou menos 6 hectares no lugar «Rio Canôas» confrontando:

Ao N. Rio Canôas.
Ao S. paredões devolutos.
Ao L. Sebastião Palmas de Oliveira.

Ao W. com o requerente. 727/34 Gustavo Kempner — requer 30 hectares no lugar «D. Luiza», confrontando:

Ao N. com terras devolutas.
Ao S. com terras devolutas.
Ao L. com a Companhia Colonizadora Catarinense.

Ao W. com terras devolutas. 910/14 Pedro João Arent requer mais ou menos 40 hectares no lugar «Furna do Quati», confrontando:

Ao N. com Hercilio Ramos dos Santos.
Ao S. com peráus que confrontam com Antonio Rebelo Flores.

Ao L. com terras devolutas.
Ao W. com Antonio Rebelo Flores.

1007/34-Manoel Inacio de Souza requer 25 hectares no lugar «Urubief acima ou Grota do Baiano» confrontando:
Ao N. com Martinho Brasil e Generoso Domingues de Oliveira.

Ao S. com terras devolutas.
Ao L. com terras devolutas.
Ao W. com Leovegildo Patrio e devolutas.

1028/34—José Lauro Xavier requer 270.000 m-gno lugar «Perimbó», confrontando:

Ao N. com José Atanasio de Liz e Lemos.
Ao S. com a Sociedade Colonizadora Catarinense.

Ao L. com o Rio Perimbó.
Ao W. com João da Costa.
E para que ninguém alegue ignorancia lavrei o presente edital, do qual extraí copias

EDITAL

O Dr. Mileto Tavares da Cunha Barreto, Juiz de Direito da 2a. vara da Comarca da Capital, na forma da lei etc. Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que designou o dia 9 de novembro proximo as 11 horas, para abrir-se a 4a. Sessão de Juri desta Comarca do corrente ano, que trabalhará em dias consecutivos na sala do Tribunal do Jury, no Palacio da Justiça e que havendo procedido o sorteio dos 20 jurados que têm de funcionar na mesma Sessão, foram sorteados os cidadãos seguintes: — Adolfo Bittencourt da Silveira, Amiloquio de Carvalho, Carlos Reinisch, Dulce Pereira, Djalma Moellmann, Euclides Vieira Mafrá, Henrique Rupp Junior, Henrique Brüggmann, Isaura de Oliveira Kias, Iraci Bittencourt da Silveira, Jorge Garrido Portella, Luiz Oscar de Carvalho, Nelson Moreira Gomes, Orlando Simas, Procopio Borja, Pedro Vieira Vital, Roberto de Souza Pereira, Raul Bonifácio Dutra, Turibio Silveira e Teodoro Ligoky: — a todos os quais e cada um de per si, bem como os interessados em geral, se convida para comparecerem em dia e hora e local acima designados, enquanto durar a presente sessão, sob as penas de lei. E para constar mandei afixar o presente edital no lugar do costume e publicar pela imprensa. Palacio da Justiça em Florianopolis 12 de outubro de 1934. Eu, Abel Carneiro Monteiro, Escrivão do Juri que datilografei (as.) Mileto Tavares da Cunha Barreto, Juiz de Direito.

Certifico e afixei o presente edital no local do costume e dou fé. Florianopolis, 10 de outubro de 1934. O official de Justiça Dionisio Antonio Virisimo.

Está conforme o original.

Abel Carneiro Monteiro
Devorão ser julgados na presente Sessão os réus Benedito Jorge, Argeu Silva e Aristides Eusebio Coelho.

Abel Carneiro Monteiro
(3.767)

para serem publicadas pelo «Diario Oficial do Estado» e afixadas nos logares mais publicos do município e proximo das terras requeridas.

Inspetoria de Terras e Colonização do 1º Distrito em Bom Retiro, 18 de setembro de 1934.

Pedro A. Gonçalves
Inspetor.

(3477)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspetoria do 3º Distrito

EDITAL N. 71

Prazo de 30 dias

De ordem do Sr. Diretor de Terras e Colonização, faço público, para conhecimento dos interessados, que as petições requerendo terras devolutas no município de Nova Trento, já medidas e demarcadas, cujos números, nomes dos requerentes, áreas e situações vão abaixo mencionadas, se acham nesta Inspetoria com vistas aos oponentes ou interessados, durante o prazo acima de 30 dias, findo os quais, não havendo contestações, serão as ditas petições encaminhadas à Diretoria de Terras e Colonização, para serem submetidas a despacho final do Exmo. Sr. Coronel Interventor.

MUNICIPIO DE NOVA TRENTO

824/34 — Stanislaw Roesner, requer 164.849 mts. 2 de terras devolutas no lugar Ribeirão da Cancela, confrontando com terras de sua propriedade.

925/34 — João Turazzi — requer o lote n. 11 da linha conselheiro Duarte Silva, confrontando ao N. e W. com terras devolutas, ao S. com o lote n. 10 da mesma linha e ao L. com os lotes n.ºs. 63 e 65 da linha Alto Salto.

925/34 — Alberto Malizewsk requer 207.457 mts. 2 de terras devolutas no lugar Ribeirão da Cancela, confrontando ao S. e W. com terras devolutas, ao N. com terras requeridas por Stanislaw Roesner e ao L. Bolis M.

927/34 — Augusto Will — requer 282.530 mts. 2 de terras devolutas no lugar Ribeirão Bonito, confrontando ao N. com o lote n. 11 da mesma linha, ao S. e W. com terras devolutas e ao L. com o lote n. 16 da mesma linha.

2482/33 — Luiz Ninatti — requer 252.925 mts. 2 de terras devolutas na linha colonial Baixo Salto, confrontando ao N. com o lote n. 34 da linha Ribeirão do Salto, ao S. com o Ribeirão do Salto, ao L. com o lote n. 12 da mesma linha e ao W. lotes n.ºs 20 e 32 da mesma linha.

E para que ninguém alegue ignorancia lavrei o presente do qual extraí copias para serem publicadas no «Diario Oficial» da Capital, afixadas no lugar do costume e nos logares mais publicos do Município de Nova Trento.

Blumenau, 24 de setembro de 1934

Gil Fausto de Sousa
INSPETOR

(3.543)

Diretoria de Terras e Colonização

Inspetoria do I. Distrito

Sede Bom Retiro

Edital N. 20

De ordem do Sr. Engº. Diretor de Terras e Colonização, faço público que ficam intimados todos os devedores por dívida colonial em atraso até 31 de Dezembro de 1933, no município de São José, ou seus sucessores, cujos nomes, data da concessão, áreas e situações de seu terrenos vão abaixo mencionados, a comparecerem na sede desta Inspetoria até o dia 11 de janeiro de 1935, afim de saldarem seus debitos, gozando do abatimento de 50 % (cincoenta por cento) a que se refere o art. n. 253, de atual Regulamento de Terras e Colonização, baixado com o Dec. n. 46, de 11 de julho de 1934.

Município de São José

Frederico Hang — terreno concedido em outubro de 1904, no lugar «Alto Eugano», com a área de 300.000 m-q.

Empoldo Narciso Cardoso — terreno concedido em janeiro de 1904, no lugar «Rio Garcia», com a área de 102.000 m-q.

Julio Jüenek — terreno concedido em outubro de 1904, no lugar «Ribeirão Fartura», com a área de 300.000 m-q.

Leopoldo Scheimann — terreno concedido em junho de 1933, no lugar «Rio Verde», com a área de 113.228, 9 m-q.

Carlos Guckert — terreno concedido em junho de 1933, no lugar «Rio da Paca», com área de 67.200 m-q.

Pedro João Reitz — terreno concedido em junho de 1933, no lugar «Rio da Paca», com a área de 60.000 m-q.

Fridolino Knaul — terreno concedido em junho de 1933, no lugar «Rio Verde», com a área de 674.098, 74 m-q.

Francisco Goedert — terreno concedido em junho de 1933 no lugar «Linha-São João» com a área de 124.811, 86 m-q.

Lucas José Dias — terreno concedido em agosto de 1899 no lugar «Rio Garcia», com a área de 413.195 m-q.

Joaquina Avelina Rodrigues — terreno concedido em setembro de 1913, no lugar «Angelina», com a área de 549.965 m-q.

Sergio Carlino de Assunção — terreno concedido em janeiro de 1930 no lugar «Rio Verde», com área de 2.223.000 m-q.

Custodia Rosa de Jesus — terreno concedido no lugar «São José» com a área de 310.942 m-q.

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina — Administração do Dominio da União

EDITAL

De ordem do sr. Delegado Fiscal, torno publico, para conhecimento dos interessados, que o sr. Alfredo Silva requereu em petição datada de 6 de outubro de 1933, o aforamento perpetuo de um terreno de marinha, situado na Cidade de Biguassú, município do mesmo nome, neste Estado, medindo 50m.80 de frente por 33m.00 de fundos, com as seguintes confrontações: Norte, com terras de Olivio Januario de Amorim; a Leste, com Rio Biguassú; ao Sul, com terras de Romão Farias e ao Oeste com terras do requerente.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as Repartições de que tratam os artigos 3º e 4º do Decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento do mesmo senhor, si dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que impeça a concessão pretendida de acôrdo com o artigo 16 do citado Decreto, sendo que, depois de expirado o dito prazo nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o aforamento do terreno acima descrito, si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monazíticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União em 19 de Setembro de 1934.

Sylvio Dias Fernandes
Escrivão do Registro
30—24 (420)

Isaach Vermohl — terreno concedido em agosto de 1929 no logar «Linha São João», com a área de 189.000 m-q.

Expirado o prazo acima marcado e não tendo o devedor saldado a sua divida revertirá o lote ao dominio do Estado e será posto em hasta publica ou concedido a quem o requerer, não cabendo ao concessionario devedor qualquer indenização ou restituição.

E para que ninguém alegue ignorancia lavrei o presente edital em livro apropriado, do qual extraí cópias para publicação do «Diario Oficial do Estado» e afixação nos logares mais publicos do município de São José.

Inspetoria do 1. Distrito de Terras e Colonização, em Bom Retiro 24 de setembro de 1934.

Mario Abreu
Na ausencia do Inspetor
(3.554)

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

ADMINISTRAÇÃO DO DOMINIO DA UNIÃO

EDITAL

De ordem do sr. Delegado Fiscal, torno publico, para conhecimento dos interessados, que o sr. Vital de Amorim requereu em petição datada de 10 de outubro de 1933, o aforamento perpetuo de um terreno de marinha, situado na cidade de Biguassú, município do mesmo nome, neste Estado, medindo 40m. 40 de frente por 33m. 00 de fundos, com as seguintes confrontações: Norte, com a Estrada Geral; a Leste, com o Rio Biguassú; ao Sul, com terras de Olivio Januario de Amorim e ao Oeste com terras do requerente.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as Repartições de que tratam os artigos 3. e 4. do Decreto n. 4.105, de 23 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento do mesmo senhor, si dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que impeça a concessão pretendida de acôrdo com o artigo 16 do citado Decreto sendo que, depois de expirado o dito prazo, nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o aforamento do terreno acima descrito, si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monazíticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União, em 19 de Setembro de 1934.

Sylvio Dias Fernandes
Escrivão do Registro.
30—24 (419)

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

Administração do Dominio da União

EDITAL

De ordem do Sr. Delegado Fiscal, torno publico, para conhecimento dos interessados,

Terminados os prazos acima citados, será remetida à Secção do Contencioso a respectiva relação de divida, para a dovida cobrança executiva.

Coletoria Estadual de Florianópolis, em 1º de outubro de 1934.

Francisco Büchele Barreto
Escrivão

(3402a)

que o sr. Olivio Januario de Amorim requereu em petição datada de 7 de outubro de 1933, o aforamento perpetuo de um terreno de marinha, situado na Cidade de Biguassú, município do mesmo nome, neste Estado, medindo 63.m80 de frente, por 33.m00 de fundos, com as seguintes confrontações: Norte, com terras de Vital Amorim; a Leste, com o Rio Biguassú; ao Sul, com terras de Alfredo Silva e ao Oeste com terras do requerente.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as Repartições de que tratam os artigos 3º e 4º do Decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento do mesmo senhor, si dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que impeça a concessão pretendida, de acôrdo com o artigo 16 do citado Decreto, sendo que, depois de expirado o dito prazo, nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o aforamento do terreno acima descrito, si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monazíticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União em 19 de Agosto de 1934.

Sylvio Dias Fernandes
Escrivão do Registro
30—24 (417)

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

Administração do Dominio da União

EDITAL

De ordem do sr. Delegado Fiscal, torno publico, para conhecimento dos interessados, que os srs. Dario Guilherme Avila e Guilherme Avila Filho requereram em petição datada de 20 de março do corrente ano, o aforamento perpetuo de um terreno de marinha, situado entre a rua Conselheiro Mafra e cais Frederico Rola, nes a Capital, medindo 3m.42 de frente por 18m.75 de fundos, com as seguintes confrontações: NE. com a rua Conselheiro Mafra; SW. com o cais Frederico Rola; SE. com Rodolfo Richter e ao NW. com herdeiros de Mathias J. da Silva.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as Repartições de que tratam os artigos 3. e 4., do Decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento dos mesmos senhores, si dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

Administração do Dominio da União

De ordem do sr. Delegado Fiscal, torno publico, para conhecimento dos interessados que o sr. Carlos Meyer requereu em petição datada de 11 de abril de 1934, o aforamento perpetuo de um terreno de marinha, sito à rua Conselheiro Mafra, predio n. 4, município de Florianópolis, medindo 8. m 94 de frente, extremado pelo Nordeste com terras dos herdeiros Wendhausen; ao Sudoeste com a rua Conselheiro Mafra (mar); ao Sudoeste com marinhas ocupadas pelo sr. Jorge Sallum predio n. 2 e ao Noroeste com marinhas ocupadas pelo sr. Alexandre Moysés Jorge, prédio n. 6.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as Repartições de que tratam os artigos 3. e 4. do Decreto n. 4.105 de 22 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento do mesmo senhor, si dentro do prazo de 30 dia, as contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que impeça a concessão pretendida, de acôrdo com o artigo 16 do citado Decreto, sendo que, depois de expirado o dito prazo, nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o aforamento do terreno acima descrito, si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monazíticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União, em 8 de setembro de 1934.

Sylvio Dias Fernandes
Escrivão do registro
30—24 (427)

impeça a concessão pretendida de acôrdo com o artigo 16º do citado Decreto, sendo que, depois de expirado o dito prazo, nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o aforamento do terreno acima descrito, si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monazíticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União, em 17 de setembro de 1934.

Sylvio Dias Fernandes
Escrivão do Registro
30—24 (418)